

**Vozes Afro Latinas –
A omissão da esquerda e a insurgência do movimento negro¹**

**Voces Afrolatinas –
La omisión de la izquierda y la insurgencia del movimiento negro**

**Afro-Latin Voices –
The omission of the left and the insurgency of the black movement**

Daniela Fernanda Gomes da Silva²

Palavras chave:

Movimento negro

Afrodescendentes

Esquerda

América Latina

Resumo:

Este artigo tem como objetivo observar a criação e o crescimento do movimento negro no Brasil e na América Latina a partir da indiferença presente no pensamento da esquerda local, que priorizou em determinado momento a teoria crítica europeia. Esse afastamento por parte da esquerda foi propiciado pelo pensamento de que apenas a extinção do capitalismo seria suficiente para acabar com o racismo, o que se provou infundado. Em contrapartida, o ideal da igualdade social se fez presente na base do movimento negro e margeou muitas de suas conquistas. Utilizo como metodologia a pesquisa bibliográfica, por meio de livros, artigos e websites.

Resumen:

Este artículo tiene como objetivo observar la creación y el crecimiento del movimiento negro en Brasil y Latinoamérica a partir de la indiferencia presente en el pensamiento de la izquierda local, que en un dado momento le dio prioridad a la teoría crítica europea. Ese alejamiento de la izquierda fue propiciado por la idea de que apenas la extinción del capitalismo sería suficiente para terminar con el racismo, la cual resultó ser infundada. Por otro lado, el ideal de la igualdad social estuvo presente en la base del movimiento negro y sirvió como una margen a muchos de sus logros. Utilizo como metodología la investigación bibliográfica, a través de libros, artículos y sitios web.

Palabras clave:

Movimiento negro
Afrodescendientes
Izquierda
Latinoamérica

Keywords:

Black movement
Afro-descendants
Left
Latin America

Abstract:

This article aims to observe the creation and the growth of the black movement in Brazil and Latin America from the indifferent position of the local left's thinking, which had prioritized the European critical theory in a certain moment. This separation of the left was encouraged by the thought that only the extinction of the capitalism would be enough to end racism, which was proved unfounded. In contrast, the ideal of social equality was present on the base of the black movement and guided many of its achievements. Methodologically, a bibliographical research was done, using books, articles and websites.

Vozes Afro Latinas - A omissão da esquerda e a insurgência do movimento negro

Nos mais de 300 anos em que perdurou o tráfico negreiro, cerca de 5,7 milhões de africanos, sequestrados em seu continente de origem, chegaram aos portos latino-americanos como escravos. A história seguiu seu curso e essa massa populacional deu origem aos quase 150 milhões de afrodescendentes que representam hoje cerca de 30% da população total do continente. A subjugação desses povos no passado gerou em nossa sociedade uma exclusão que permanece até os dias de hoje, onde as vítimas são os descendentes daqueles que foram escravizados.

Essa herança de desigualdade faz com que traços do sistema colonialista ainda possam ser encontrados na sociedade atual, entre estes a capacidade descrita por Darcy Ribeiro (2007, p. 71) de disseminar e generalizar seus conceitos, como sendo os únicos dignos de serem adotados.

Dessa maneira, o pensamento racial brasileiro foi estruturado segundo uma característica comum ao colonialista descrita pelo antropólogo, a de se autodignificar e explicar as agruras vividas pelas camadas subalternas como sendo fruto de suas características raciais e não da exploração que as vitimiza (IDEM, p. 74).

Dessa maneira, nem mesmo a presença massiva de cidadãos Afro Latinos nas Américas, garantiu, (mesmo em países em que esses são maioria), que no período pós-abolição da escravatura os direitos dessa população fossem garantidos por leis e ações afirmativas que tivessem como objetivo a inclusão desse grupo na sociedade.

Em seus diferentes contextos, os países que compõe a América Latina, dentre eles o Brasil (último país a abolir a escravidão no mundo) tiveram a participação negra praticamente abolida de sua história oficial, seja por meio do mito da democracia racial, que valoriza a mestiçagem, caso em que se inclui o Brasil e outros países como a Venezuela, por exemplo, até mesmo pela invisibilidade histórica dos afrodescendentes, como no caso argentino.

Dessa maneira, o fim da escravidão e a inserção como cidadão, que não teve seus direitos garantidos dentro de um sistema capitalista, leva a população negra, a permanecer à margem da sociedade. Sendo assim “responsável por sua pessoa e por seus dependentes, embora não dispusesse de meios materiais e morais para realizar essa proeza nos quadros de uma economia competitiva” (FERNANDES, 2008, p. 29).

Inseridos em um contexto de racismo e exclusão social, os povos negros na América Latina foram esquecidos não apenas pela direita, que vê na mestiçagem um caminho para esquecer seu “passado negro”, mas também por parte da esquerda, que importa o conceito de luta de classes europeu e esquece-se do contexto diaspórico na América Latina.

Sem uma representação, surge neste cenário, a voz da população negra latino americana, que se torna perceptível por meio da criação dos movimentos afrodescendentes em toda a região, em diferentes épocas, desde o início do século 20, intensificando-se no final deste e no início do século 21.

Nesse contexto, esse artigo utiliza o pensamento de autores como Boaventura Souza Santos (2010), Héctor Diaz Polanco (2005), Pablo González Casanova (2006), Anibal Quijano (2000), Darcy Ri-

beiro (2007), Kabengele Munanga (2008), além de outros pesquisadores do movimento negro no Brasil e na América Latina, para apontar o surgimento do movimento negro no continente.

VOZES AFRO LATINAS

Da mesma maneira que a sociedade brasileira, grande parte dos demais países da América Latina tiveram incutido na formação de sua sociedade, o pensamento racial que via na mestiçagem um fator que os afastaria da negritude e os colocaria em uma melhor condição social.

Segundo Kabengele Munanga a propagação do mito da democracia racial exaltou

a ideia de convivência harmoniosa entre indivíduos de todas as camadas sociais e grupos étnicos, permitindo às elites dominantes dissimular as desigualdades e impedindo os membros das comunidades não-brancas de terem consciência dos sutis mecanismos de exclusão da qual são vítimas na sociedade. (MUNANGA, 2008, p.77).

A estrutura de exclusão criada pelo sistema escravocrata no continente e do pensamento de extinção da negritude por meio da mestiçagem, persistentes até os dias atuais, caracterizam o pensamento de Anibal Quijano (2000, p. 349) de que “a capacidade e a força que fazem com que um grupo se imponha a outros, não é suficiente para articular histórias heterogêneas”, ou em outras palavras garantem a manutenção do sistema.

Apesar das adversidades consequentes da estrutura dominante e do mito da sociedade perfeita formada em torno da mestiçagem que por muitos anos fez parte do senso comum no continente, com

a ruptura com este pensamento que se desenvolveu com o final da Segunda Guerra Mundial, a luta da população negra na América Latina ganhou novas proporções nas últimas décadas do século 20 e nos primeiros anos do século 21.

Dentre essas manifestações, está a criação de entidades em defesa dos direitos da população negra em diferentes países, que buscam tanto o fim da discriminação racial, a valorização da cultura e o respeito à diversidade, quanto inclusão social, dos povos que foram historicamente desfavorecidos.

No Brasil, embora as primeiras organizações da população negra tivessem um caráter político de direita, como no caso da Frente Negra Brasileira³, durante a ditadura militar, as discussões raciais eram inibidas por serem consideradas antipatriotas ao apontarem a questão do racismo, considerado um problema inexistente no Brasil. Esse fator aproximou essas entidades do pensamento de esquerda e permitiu que muitos ativistas que fizeram parte da criação do movimento negro tivessem também uma ligação com a esquerda e os movimentos de resistência no país, entre eles o Partido Comunista, a Liga dos Camponeses, o PCdoB e a UNE (ALBERTI, 2007, p. 105).

Dois casos de racismo de grande repercussão⁴ corroboraram no surgimento do Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial (MUCDR), que mais tarde foi intitulado apenas como Movimento Negro Unificado (MNU). A criação do MNU, em 1978 é um marco tanto do surgimento do movimento negro, como organização, quanto de uma aproximação dos militantes negros ao pensamento da esquerda.

Segundo o depoimento de Sueli Carneiro, ao CPDOC, a criação do MNU pode ser considerada um marco entre a integração da luta contra discriminação

racial e o processo da luta de classes. Nas palavras da ativista, “O MNU traz um nível de politização maior para o debate racial e situa o movimento negro em uma perspectiva mais de esquerda” (ALBERTI, 2007, p. 148) e seria, segundo ela, uma influência na formação de toda uma geração de militantes negros.

Essa aproximação entre pensamento de esquerda e luta antirracista pode ser justificada pela participação de membros da liderança do movimento na Convergência Socialista⁵. A formação de esquerda fazia com que esses membros entendessem que o racismo só seria extinto com o fim do capitalismo, já que esse alimentava o sistema racista. (DOMINGUES, 2007, p. 112).

Outra justificativa se encontra na tendência explicitada por Anibal Quijano (p.344, 2000), que afirma que o período pós Segunda Guerra é marcado por um afastamento do pensamento intelectual na América Latina do modo eurocêntrico de produção de conhecimento, os pensadores passam então a tentar trazer aos conceitos teóricos, uma perspectiva mais condizente com a realidade nacional.

Como uma via de mão dupla, surgem nesse contexto nomes como Florestan Fernandes, que a partir de uma proposta da Organização das Nações Unidas, passa a revisitar o pensamento racial brasileiro, levando a academia brasileira em especial de pensadores da esquerda a dialogar com os ativistas negros.

Marco inicial desta relação, o Projeto Unesco envolveu nomes com Fernando Henrique Cardoso e Roger Bastide e denunciou ao mundo a falácia do mito da democracia racial, preconizado por Gilberto Freyre.

Outro exemplo dessa proximidade positiva entre essa linha da esquerda e a

resistência negra no Brasil, se evidencia na fala do professor Kabengele Munanga (2008, p.85), que relata o fato do mesmo Florestan Fernandes ter escrito o prefácio do livro *O genocídio do negro brasileiro*, de Abdias do Nascimento, primeiro senador negro brasileiro e uma das maiores referências ao se tratar da cultura e política afro-brasileira.

Porém, ainda que ocorrências como as citadas anteriormente tenham acontecido e que em muitos casos as vozes Afro Latinas tenham se juntado ao coro dos que denunciavam a luta de classes na sociedade, as mãos de alguns pensadores de esquerda, preocupados exclusivamente com a luta de classes, não se estenderam às vítimas do racismo nesses países.

Nesse contexto, o mito da democracia racial, no caso brasileiro, ou as teorias da importância da mestiçagem, nos demais países da América Latina ganham prioridade no pensamento desses membros da esquerda local, que importam conceitos da teoria crítica europeia. Fazendo assim com que, o arquétipo do mestiço acabe sendo recorrido pela esquerda “como uma categoria de afirmação de uma singularidade nacional, que legitima um projeto nacional e de contraposição ao imperialismo” (OLIVEIRA, 2010, p. 5).

Esse pensamento de que a mestiçagem foi privilegiada pela esquerda, não se apresenta apenas como uma prerrogativa brasileira, mas está presente também na fala do ativista afro-venezuelano, Jesus “Chucho” García (2005, p. 29), para quem a chamada Modernização com Etno-Exclusão, se faz presente não apenas em seu próprio país, mas em todo o continente e seria responsável pela segunda exclusão étnica dos afrodescendentes, que foram deixados de lado dos discursos da modernidade.

Em outras palavras, o mito da democracia racial preconizado por autores como Gilberto Freyre entre outros, ajudou a formar também a mentalidade da esquerda não apenas no Brasil, mas em toda a América Latina, o que fez com que estes se afastassem dos movimentos de militância negra.

De acordo com Boaventura Souza Santos (2010, p. 28), esse pensamento se manifesta principalmente naqueles que fazem parte da vertente da tradição crítica que acredita que com os movimentos de independência e o fim do colonialismo, o único objetivo político que se legitima, seria o movimento anticapitalista, deixando de reconhecer a validade da luta étnico-racial.

Dentro dessa visão encontra-se, por exemplo, a ideia disseminada de que após a revolução cubana de 1959, a igualdade racial no país teria sido atingida, junto com a igualdade social, o que atualmente recebe contestação tanto por parte de antirrevolucionários, que afirmam que a revolução foi conduzida por uma classe média branca, quanto por intelectuais que reconhecem a diminuição da desigualdade racial, mas não negam a existência de manifestações racistas no país. (FUENTE *apud* MALACHIAS, 1996, p. 63).

Porém o esquecimento por parte de alguns membros da esquerda intelectual, não foi suficiente para que a resistência negra no continente tivesse suas ações limitadas ou interrompidas. Os ganhos da luta contra a discriminação racial e pela inclusão da população negra na sociedade se intensificaram nos últimos 30 anos.

No Brasil, por exemplo, a luta do movimento negro, em especial das entidades que surgiram após a criação do Movimento Negro Unificado (MNU), trou-

xe avanços, que devem ser valorizados, ainda que não seja o ideal.

De acordo com Evelina Dagnino (2004, p. 95) a Constituição de 1988 pode ser considerada um dos marcos do processo de participação da sociedade civil na democracia. No que se refere à resistência negra brasileira, este pensamento se corrobora, pois esta marca a celebração dos 100 anos da abolição da escravatura e pela primeira vez traz em um dos seus artigos a criminalização da prática do racismo, o que apesar de não ter inibido totalmente as práticas racistas no país, deu voz para as denúncias por parte dos cidadãos negros vítimas de discriminação e até mesmo agressões consequentes do racismo.

Em 1995, ano em que se completavam os 300 anos da morte do líder negro Zumbi dos Palmares, o movimento negro levou no dia 20 de novembro (aniversário da morte de Zumbi), cerca de 30 mil pessoas ao Palácio do Planalto para a realização de manifestações políticas e culturais. Dentre as atividades, a pauta contava também com um encontro entre as lideranças negras e o então presidente, Fernando Henrique Cardoso, a quem a comunidade negra entregou uma série de reivindicações e propostas.

No cenário do novo milênio, a busca por ações afirmativas, em especial por cotas em diferentes áreas, como educação, funcionalismo público, instituições financeiras e até mesmo em propagandas na televisão passam a ganhar coro e a trazer novas perspectivas para a inclusão da população negra brasileira.

Uma das conquistas das entidades negras na ocasião foi a inclusão de Zumbi dos Palmares no hall dos heróis nacionais, o que anos depois culminaria na oficialidade do dia da Consciência Negra em 2005 e na criação do feriado de 20 de novem-

bro, que foi adotado em 2010, por mais de 750 municípios e oito estados brasileiros (SEPPPIR, 2009).

Outra conquista significativa foi a criação de secretarias voltadas para a questão racial em governos municipais e estaduais e da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), criada em 2003 pelo governo federal. No âmbito legal, o movimento conseguiu ainda, em 2003, a aprovação da Lei 10639, que institui o ensino de história da África e história Afro-brasileira nas escolas e, em 2010 a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial, que ainda que em uma versão diferente da criada pelo movimento negro, garante a defesa dos direitos da população negra e o combate à discriminação.

Evelina Dagnino (2004, p. 100) afirma que uma das principais características da redefinição da noção de sociedade é o crescimento acelerado das Organizações Não Governamentais e sua associação com o conceito de sociedade civil. Essa afirmação traduz uma das características mais marcantes da luta negra no Brasil. Além dos organismos oficiais, o país acompanhou nos últimos 30 anos a criação de ONGS, que com trabalhos diferenciados se levantaram em defesa dos direitos da população negra. O trabalho dessas organizações garantiu grandes avanços com respeito à educação e inclusão no Ensino Superior, com relação à saúde e os direitos das mulheres negras e também às denúncias de racismo.

Essas organizações são responsáveis também pelo crescimento da mídia étnica, com veículos de comunicação voltados especificamente para a causa, que suprem o déficit deixado pela mídia convencional, onde a população negra não consegue se ver refletida.

Embora o Brasil seja responsável por grande parte da presença negra na América Latina (considerando-se que o censo realizado em 2010 contabilizou cerca de quase 100 milhões de brasileiros negros, o que representa 51% da população), as manifestações negras ocorridas no país não estão isoladas no continente.

Na Venezuela, por exemplo, a criação em 2000 da Red de Organizaciones Afrovenezolanas (Rede de Organizações Afro-venezuelanas), agrega mais de 20 organizações do movimento negro, que denunciam a exclusão da população afro-descendente no país.

Dentre as denúncias do movimento Afro-venezuelano, está a ausência de leis antirracistas, pois ainda que a Constituição Venezuelana contenha artigos contra a discriminação com base em raça, sexo, credo e condição social e preveja medidas favoráveis às vítimas de discriminação, não houve segundo a liderança nenhuma punição para os casos de discriminação no país e não há nenhuma política de inclusão desse grupo na sociedade (GARCÍA, 2005, p. 36).

As principais reivindicações do movimento negro naquele país são: a contagem dos afro-venezuelanos pelo censo (considerando-se que não existem dados oficiais que possam determinar a porcentagem de cidadãos negros no país); o ingresso das comunidades negras no sistema educacional e a elevação do índice de escolaridade, além da inclusão da temática racial nos currículos escolares; a inclusão da participação negra no processo histórico venezuelano; a criação de leis antirracistas; e a criação de entidades governamentais que garantam o direito da população negra (*idem*, p. 44).

Na Argentina, a busca por visibilidade para a população afro-descendente,

se tornou pauta entre o final do século 20 e o início do século 21. Dentre as entidades tem destaque nesse processo a ONG África Vive, que foi criada em 1997, com o objetivo de romper a invisibilidade do negro no país, ajudar na promoção social e reivindicar a posição do negro na história e na sociedade argentinas (FRIGERIO, 2008, p. 130).

No Paraguai, os afrodescendentes lutam hoje, para recuperar a imagem do negro que ficou perdida na história paraguaia, desde os tempos coloniais até os dias de hoje, por conta da valorização da mestiçagem. A luta desse grupo foi impulsionada pelo fortalecimento dos movimentos negros no continente e conta com o apoio de instituições negras de outros países, como o Uruguai, por exemplo (TELESCA, 2008, p. 170).

Outro exemplo, da priorização da luta de classes sobre a questão racial, o México, acabou excluindo a presença do negro em sua luta contra a desigualdade. Porém, as discussões em torno da temática negra se intensificaram nas últimas décadas e estão centradas principalmente em estudos acadêmicos, desenvolvidos por pesquisadores preocupados em recuperar a história dos povos afrodescendentes, como uma terceira raiz, do povo mexicano (FERNÁNDEZ, 2008, p. 201).

Também no Peru, a academia tem tido um papel fundamental na recuperação da história e cultura afro-peruana, sob perspectivas das ciências sociais. Essa releitura tem início ainda na década de 1940, com foco principalmente na cultura negra e no folclore, temática que perpassa a segunda metade do século 20, até que na década de 1990, passam a ser abordadas temáticas diferenciadas relacionadas ao tema. (RIO, 2008, p. 214).

Outro exemplo que pode ser considerado um divisor de águas na história

da resistência negra no continente é a participação em massa das instituições afro-latinas na Conferência Mundial contra o Racismo, que aconteceu em Durban, na África do Sul em 2001.

Apoiada pelas definições contidas na Declaração de Durban (documento criado durante o evento em cooperação entre a Organização das Nações Unidas (ONU) e as entidades representantes da sociedade civil), a partir da conferência a agenda da resistência negra, ganha reforços, como por exemplo, luta por políticas de ações afirmativas que atuem como reparação aos sofrimentos causados durante a escravidão.

Esse conjunto de dados (ainda que simplistas, por tomarem como exemplo apenas alguns países) exemplifica o avanço da luta negra na América Latina, apesar de uma omissão que priorizou a luta contra o capitalismo deixando de lado a inclusão de grande parte da população do continente.

Essas conquistas trazem uma nova visibilidade para a questão identitária no continente, o que permite que alguns pensadores e teóricos da esquerda, passem a ver a temática com outros olhos, o que a inclui nos debates realizados pelo grupo. Dentre os temas propostos para a análise está, por exemplo, a preocupação em adaptar a teoria crítica marxista fundamentada no contexto europeu, à realidade latino americana. Sendo assim, a denúncia do racismo, estaria presente em uma revisão nos conceitos de justiça social e de inclusão, que passariam a ser alinhados ao reconhecimento da diferença (SANTOS, 2010, p. 131).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observa-se neste artigo que o pensamento de transformação por meio

da luta de classes e da busca por justiça social na América Latina, deixou de lado uma parcela importante da sociedade ao adotar o conceito de mestiçagem e ignorar as questões identitárias que faziam parte do contexto histórico pós-colonialista.

Embora especialmente no Brasil, a militância negra tenha caminhado aliada ao pensamento de esquerda, a discussão do racismo, foi delegada a segundo plano e passou a ser reivindicada pelas instituições afrodescendentes em todo o continente.

Em cada país, essa luta tem características particulares, sem deixar de apresentar como característica comum, a busca por uma maior visibilidade de uma população que foi esquecida pelo mito da democracia racial e da mestiçagem.

Assim, a questão identitária que a cada dia se faz mais presente na pauta, tanto na mídia como na criação de políticas públicas, traz a tona a importância de se agregar o tema a questão da luta de classes e ao mesmo tempo de se adequar a teoria crítica da luta de classes europeia, à realidade do continente.

Bibliografia:

Livros:

ALBERTI, Verena; PEREIRA, Amílcar Araújo. (org.). Histórias do movimento negro no Brasil: depoimentos ao CPDOC. Rio de Janeiro: Pallas; CPDOC-FGV, 2007.

CASANOVA, Pablo González. Colonialismo Interno (Uma redefinição) IN: BORON, Atilio A. ; AMADEO, Javier ; GONZÁLEZ, Sabrina. La teoría marxista hoy. Problemas y perspectivas. Buenos Aires: CLACSO, 2006.

DAGNINO, Evelina. Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando? IN: MATO, Daniel (coord.). Políticas de cidadania y socieda-

de civil em tempos de globalización. Caracas: FACES ; Universidade Central de Venezuela.

FANON, Frantz. Los condenados de la tierra. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 1963. FERNANDES, Florestan. A integração do negro na sociedade de classes – (O legado da “raça branca” volume 1. São Paulo: Globo, 2008.

FERNÁNDEZ, Salvador Vázquez. Las raíces Del olvido. Un estado de la cuestión sobre El estudio de las poblaciones de origen africano en México. IN: LECHINI, Gladys (compiladora) Los estudios afroamericanos y africanos en América Latina: herencia, presencia y visiones del otro. Córdoba: CLACSO, 2008.

FRIGERIO, Alejandro. De la “desaparición” de los negros a la “reaparición de los afrodescendientes: comprendiendo la política de las identidades negras, las clasificaciones raciales y de su estudio en la Argentina. IN: LECHINI, Gladys (compiladora) Los estudios afroamericanos y africanos en América Latina: herencia, presencia y visiones del otro. Córdoba: CLACSO, 2008.

GARCÍA, Jesús “Chucho”. Afrovenezolanidad e inclusión em el proceso bolivariano venezolano. Caracas: Ministerio de Comunicación e Transformación, 2005.

MUNANGA, Kabengele. Rediscutiendo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

PRAKASH, Gyan. La imposibilidad de la historia subalterna. IN: RODRIGUEZ, Ileana (org.) Convergencia de tiempos – Estudios subalternos / contextos latinoamericanos estado, cultura, subalternidad. Amsterdam – Atlanta: Rodopi, 2001.

POLANCO, Héctor Díaz. Los dilemas del pluralismo IN: DÁVALOS, Pablo. Pueblos Indígenas, Estado y Democracia. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

RIBEIRO, Darcy. As Américas e a civilização: formação dos povos e causas do desenvolvimento desigual da América Latina. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

RIO, Fátima Valdiviadel. El que no tiene de ingatiene de mandinga. Género, etnicidad y sexualidad em los estudios histórico-antropológicos afroperuanos. IN: LECHINI, Gladys (compiladora) Los estudios afroamericanos y africanos en América Latina: herencia, presencia y visiones del otro. Córdoba: CLACSO, 2008.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Refundación del Estado em América Latina – Perspectivas desde uma epistemologia del sur. Lima: Instituto Internacional de Derecho y Sociedad, 2010.

TELESCA, Ignácio. La historiografía paraguaya y los afrodescendientes. IN: LECHINI, Gladys (compiladora) Los estudios afroamericanos y africanos em América Latina: herencia, presencia y visiones del outro. Córdoba: CLACSO, 2008.

Teses:

MALACHIAS, Rosângela. Ação transcultural: a visibilidade da Juventude Negra nos bailes black de São Paulo (Brasil) e Havana (Cuba). Dissertação de Mestrado em Integração da América Latina, do Programa de Pós-graduação em Integração da América Latina (PROLAM) da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1996.

Artigos e/ou matérias de periódicos:

DOMINGUES, Petrônio. Movimento negro brasileiro: Alguns apontamentos históricos. Tempo. Vol. 12, nº23. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-77042007000200007&lang=pt - Acessado em 27/05/2011

OLIVEIRA, Dennis de. A diáspora africana na América Latina, tolerância opressiva e perspectivas de transformação. Extraprensa – Cultura e Comunicação na América Latina. Vol. 1, nº6. Disponível em <http://www.usp.br/celacc/ojs/index.php/extraprensa/article/view/epx6-a01> - Acessado em 26/05/2011

QUIJANO, Anibal. Colonialidad del Poder y Clasificación Social. Journal of World – Systems Research. VI. 2 Summer/Fall 2000 p. 342-346.

Webgrafia:

http://www.seppir.gov.br/noticias/ultimas_noticias/2009/11/feriado_consciencianegra/?searchterm=feriado%2020%20de%20novembro – Acessado em 27/05/2011

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12288.htm - Acessado em 27/05/2011

¹ Este artigo foi inicialmente criado para a disciplina Perspectivas Críticas Latino Americana e os Estudos Culturais, ministrada pela Prof^a. Dr^a. Vivian Grace Fernández-Davilla Urquidi junto ao mestrado em Estudos Culturais da USP.

² Jornalista formada pela Universidade Metodista de São Paulo. Especialista em Mídia, Informação e Cultura pela Universidade de São Paulo. Mestranda em Estudos Culturais pela Universidade de São Paulo, sob orientação do Prof Livre Docente Mauro de Mello Leonel Junior.

³ A Frente Negra Brasileira foi a entidade negra mais importante da primeira metade do século 20 no Brasil. Fundada 1931 funcionou até 1937, tornando-se partido político em 1936. Foi responsável por inúmeras conquistas dos afrodescendentes, como por exemplo, a entrada de soldados negros na Guarda Municipal. (BARBOSA, 1998)

⁴ Mesmo com todas as manifestações de racismo existentes na história até o momento, os casos que impulsionaram a criação do MNU foram a proibição feita pelo Clube de Regatas Tietê de que quatro jovens negros participassem de um time de vôlei e o espancamento e morte do pai de família negro Robson Silveira da Luz, dentro de um distrito policial em Guaianazes.

⁵ Organização com forte orientação trotskista, que após anos daria origem ao Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU).

Contato:

Daniela Fernanda Gomes da Silva
- danielagomes@usp.br
- <http://afroatitudes.blogspot.com.br>

Artigo recebido em agosto de 2011

Artigo aprovado em maio de 2012